

Promovendo a democracia? Uma radiografia do NED para a América Latina

Camila Vidal [1], Luan Brum [2] e Jahde Lopez [3]

1- Professora adjunta no Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), membro do INCT/INEU e do GEPPIC

2- Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e membro do GEPPIC

3- Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e membro do GEPPIC

Introdução

“A democracia envolve o direito das pessoas escolherem seus próprios destinos livremente” [1] (NED, 2020).

O excerto acima faz parte da carta de objetivo e princípios da organização estadunidense National Endowment for Democracy (NED) que almeja ser “uma mensagem importante de solidariedade” e um “milagre” para o mundo na promoção da democracia [2] (NED, 2020). Com características tão louváveis, entretanto, essa instituição tem colecionado críticas. Foi recentemente alvo de sanções pelo Ministério chinês das Relações Exteriores que relata envolvimento desta instituição com os protestos de 2020 em Hong Kong. De acordo com Chunying Hua, porta-voz do Ministério, essa instituição é responsável por instigar manifestações violentas e detém responsabilidade pelo caos na região (Hua apud Shih, 2019). De fato, o NED atuou nestas mobilizações diretamente e por meio de parceiros que recebem seus recursos, como é o caso do Hong Kong Justice Center, entre outros (Meyers, 2019)

Para Michael Pillsbury, antigo secretário de Ronald Reagan e membro do Hudson Institute, “[...] as acusações chinesas não são totalmente falsas”, atestando que milhões de dólares em recursos públicos foram enviados para operações do NED em Hong Kong (Pillsbury apud Snyder, 2014). Na Rússia, o NED foi a primeira organização declarada “indesejável” e banida pelo governo. Em documento, o procurador-geral alegou que, “usando e controlando organizações comerciais e não comerciais russas, o National Endowment for Democracy participou do trabalho de campanhas que declararam o resultado das eleições ilegítimas, organizou ações políticas com intenção de influenciar as decisões das autoridades e desacreditou os serviços das forças armadas russas” [3] (Luhn, 2015). O NED também foi acusado de instigar protestos e doar mais de 14 milhões para o “projeto Ucrânia” em 2014, que culminou com a saída do presidente Viktor Nuland (Luhn, 2015). Na Polônia, uma história de sucesso do NED se deu com seu papel no apoio ao Solidarity, o sindicato polonês que

foi decisivo no fim do regime comunista no país (Kroener, 2004).

Não é apenas em países considerados “comunistas” que o NED recebe críticas. Logo em seus primeiros anos de atividade, foi acusado por congressistas nos EUA de canalizar secretamente mais de US\$ 1 milhão para grupos opositores do então presidente francês, François Mitterrand. O recurso teria sido enviado para o National Inter-University Union, uma federação anticomunista de estudantes que mantinha laços com o grupo paramilitar de extrema direita Service d’Action Civique e para o Force Ouvrière, um sindicato anticomunista. Para o congressista Hank Brown, “A conexão francesa requer que americanos se perguntem como eles iriam se sentir se soubessem que o governo francês estivesse dando milhões de dólares a AFL-CIO para se opor às políticas de Ronald Reagan” [4] (Brown apud Franklin, 1985).

Nesse mesmo período, o NED também é acusado de financiar candidaturas presidenciais no Panamá, com o suporte do Exército panamenho (Franklin, 1985). Mais recentemente, na América Latina, o NED foi acusado de apoio a grupos opositores de Hugo Chávez e agiu ativamente na tentativa de derrubada de seu governo. Sua rede de atuação se manteve operante com o governo sucessor de Nicolás Maduro, apoiando a oposição de Leopoldo Lopes e Juan Guaidó (Pastor, 2019; Cohen e Blumenthal, 2019). Como bem salientou Kroener (2004),

“A depender de quem você perguntar, o NED pode ser tanto um campeão da liberdade sem fins lucrativos, ou um interventor ideológico em questões mundiais” [5].

A “missão civilizatória” e a promoção da “democracia” [6] em outros países não é recente, nem inédita. Ao longo do século XX, esse país se utilizou dessa (e de outras justificativas) para legitimar políticas intervencionistas em operações diretas e indiretas sob a égide do “combate ao comunismo” (Schoultz, 2018; Petras e Veltmeyer, 2004; Woodward, 1987; Agee, 1975; Bandeira, 1978; Leffler, 2010; Leogrande, 1998). Entretanto, desde o Governo Reagan e, mais especificamente, desde o fim da Guerra Fria, a “ajuda” na promoção da democracia em países da América Latina tem sido uma constante política que une democratas e republicanos. A lógica da “ajuda democrática” tem sido defendida por ambos os partidos, envolta em uma espécie de missão moral e virtuosa que preencheu a “lacuna missionária” deixada pelo fim da Guerra Fria (Scott e Steele, 2005, p. 440). As razões para se promover a democracia no exterior não podem ser menos legítimas. Conforme Robert Art (apud Scott e Steele, 2005) argumenta, a democracia ainda é a melhor forma de governo, a mais importante garantia de proteção aos direitos humanos e de crescimento econômico e a única forma que promove paz no sistema internacional. Assim, como criticar ou questionar um ímpeto tão legítimo, moral e altruísta

por parte dos EUA?

O NED é um amálgama da sociedade estadunidense formado por indivíduos oriundos do governo, academia, setor empresarial, sindicatos e partidos políticos. Mantido com recursos públicos, é formalmente uma organização privada dedicada ao fortalecimento de instituições democráticas em todo mundo. Financiado principalmente pelo governo estadunidense, essa instituição consta como uma subagência do Departamento de Estado para a USAID (United States Agency for International Development) e, a cada ano, faz até 1.600 doações para apoiar projetos de apoio à democracia no exterior em mais de 90 países. Criado em conjunto por republicanos e democratas, o NED tem caráter bipartidário e é supervisionado pelo Congresso dos EUA e pelo Departamento de Estado. Essa fundação “quase-governamental” funciona como uma espécie de braço informal da política externa estadunidense, uma espécie de diplomacia privada, que visa a promover a “democracia” e o livre-comércio em países da região – eufemismo para políticas e práticas intervencionistas contrárias a governos não simpáticos aos interesses estadunidenses. Possui grande atuação na América Latina, ainda que, ironicamente, seja uma entidade pouco estudada no âmbito da Ciência Política e das Relações Internacionais.

Mesmo que apresentando objetivos louváveis, esse instrumento

de intervenção externa estadunidense não apenas não logra êxito na promoção e na consolidação da democracia na região, como ainda atua de modo a minar processos de autonomia e de independência política e econômica de países latino-americanos (Scott e Steele, 2005). Afinal, como explicar o aumento exponencial de recursos, a partir de 2006, enviados para organizações do Equador que desenvolvem projetos a favor da “democracia”, mas que são, coincidentemente, contrárias ao então presidente democraticamente eleito Rafael Correa? [7] Para Scott e Steele (2005, p.452), “A ajuda do NED não produz democracia e tampouco segue a democratização” [8]. Para William Robinson (1996, p.71), “Vista à luz da democracia popular, a “democracia” e a “democratização” dos Estados Unidos “nada têm a ver com a satisfação das aspirações autênticas das maiorias reprimidas e marginalizadas por uma participação política e por uma maior justiça socioeconômica”. Conforme essa pesquisa indica, o NED não só não produz democracia, como serve de instrumento de política externa para a manutenção dos interesses da classe dominante estadunidense na região.

Nesse sentido, a pesquisa aqui desenvolvida está ancorada em uma perspectiva própria da Teoria Crítica Neogramsciana, entendendo que nenhuma hegemonia se mantém sem uma organização simbólica de ideias na forma de consenso – organização essa em que o NED se torna protagonista.

O objetivo principal é apresentar uma radiografia do NED no âmbito da América Latina, tendo como pressuposto o entendimento de que essa instituição atua como instrumento de política externa estadunidense na região. Se, como argumentam Bourdieu e Wacquant (1992), a teoria sem empiria é vazia, e a empiria sem teoria é cega, o esforço aqui se dá na construção de uma radiografia sobre a hegemonia estadunidense na América Latina, com base em um instrumento específico: o NED. Para isso, foi feita uma coleta de dados a partir de documentos oficiais disponibilizados pelo NED e por seus institutos afiliados buscando evidenciar: a) o perfil dos membros do Conselho Administrativo/Diretivo da instituição; b) o perfil dos patrocinadores do NED; e c) os países, projetos e recursos destinados pelo NED para a América Latina e Caribe. Por fim, este trabalho está dividido em três partes: uma primeira parte, contextualizando e teorizando o papel do NED enquanto instrumento de manutenção hegemônica por consenso; uma segunda parte que traça o perfil do NED para a América Latina (perfil do Conselho Administrativo, perfil das doações e doadores e projetos financiados na América Latina); e, por fim, a síntese dos dados e avaliação final.

NED como instrumento de manutenção hegemônica por consenso

Em uma perspectiva gramsciana, a hegemonia é entendida como um conjunto de funções de domínio e direção exercidas por uma classe dominante sobre uma classe subalterna que se utiliza de uma combinação de força e de consenso que se equilibram entre si (Gramsci, 2007). No âmbito global, a hegemonia é entendida como uma forma de dominação, onde o(s) Estado(s) predominante(s) cria(m) uma ordem mundial consistente com sua própria ideologia e interesses, servindo para a reprodução dessa mesma hegemonia, mediante práticas de consenso. Trata-se de uma expansão daquela hegemonia conformada inicialmente no âmbito interno ao Estado e, posteriormente, exportadas por esse mesmo “Estado” no âmbito internacional que se utiliza de aparelhos consensuais, ou coercitivos, para sua manutenção (Gramsci, 1989). O “Estado” no sistema internacional atua como um representante dos interesses daqueles agentes que ocupam as posições dominantes nos seus espaços domésticos. Assim, a estratégia da classe dominante consistiria em fazer prevalecer a internacionalização e a naturalização de saberes e valores que se assentam em seus interesses na forma de “interesses nacionais”.

Desde o fim da Guerra Fria, a dominação hegemônica contemporânea que tem nos Estados Unidos, ou mais especificamente na sua classe dominante, seu mais claro exemplo tem buscado minimizar

intervenções pontuais e claramente identificáveis (como as operações militares) e aumentar técnicas de persuasão ideológica que vão ao encontro dos interesses dessa mesma classe dominante nesse país, em uma espécie de “guerra híbrida” [9] (Korybko, 2020). Enquanto a primeira nos é bastante familiar enquanto latino-americanos, a segunda, ainda que menos visível, não é menos sutil. Está presente, por exemplo, no âmbito da academia na forma como pensamos o papel do Estado e do sistema internacional – em específico na formação das teorias basilares da área de Relações Internacionais – domínio estadunidense, estadocêntrico e androcêntrico (Hoffman 1977; Tickner 2003; Acharya Buzzan 2010; Tickner e Inoue 2016; Villa et al 2017). Partindo do pressuposto de que “Toda teoria é para alguém e tem algum propósito” (Cox, 1981 p.87) e de que as relações no sistema internacional são baseadas em uma relação entre centro e periferia, na qual o centro desempenha o papel de “saber técnico” (Ibidem) que desenvolve saberes, ideias e “conhecimentos” e que são então reproduzidas pela periferia; compreende-se que as ideologias desenvolvidas pelo primeiro estariam ancoradas em uma posição de domínio, dada uma diferença em termos de riquezas materiais e de produção teórica desenvolvida.

Nenhuma hegemonia se mantém sem uma organização simbólica de ideias na forma de consenso. A dominação estadunidense

se apoia em mecanismos de consenso nessa região, assim, através de instituições sociais que servem para justificar e legitimar esse mesmo sistema de dominação. Como observa Stephen Gill, “central para a manutenção da hegemonia é um sistema de regras baseado mais em aspectos consensuais do poder do que na coerção direta” (Gill, 2008, p.14). Para Gramsci (1971), a elite dirigente legítima seu papel ao persuadir a sociedade a pensar de uma determinada forma que mantém os privilégios dessa mesma classe social e reproduz a desigualdade econômica e social do *status quo*. A estratégia de manutenção da hegemonia estadunidense é, desse modo, a estratégia de manutenção de uma classe econômica dominante que se esforça em fazer prevalecer no âmbito internacional seus ideais e interesses.

O que chamamos aqui de hegemonia através do consenso é correlato de um “imperialismo cultural” e “informal”, ou seja, o “poder de universalizar os particularismos associados a uma tradição histórica singular, tornando-os irreconhecíveis como tais” (BOURDIEU; WACQUANT, 2002, p.15). Esse imperialismo informal, para além de um tipo de violência simbólica [10], é o modo como a classe dominante nos Estados Unidos exerceu e ainda exerce ingerência direta e indireta na América Latina. Se as intervenções militares desse país na região tiveram ênfase no período Guerra Fria, intervenções indiretas se fortalecem quando do fim

desse período. A fabricação de consenso entre os subjugados, um “eufemismo para manipulação deliberada das massas contra seus melhores interesses” (De Souza, 2020, p.104), exerce papel fundamental na estratégia de dominação porque é menos custosa, direta e visível que uma dominação coercitiva. Como a condição de hegemonia está relacionada com a “possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercuta sobre os outros Estados” (Gramsci, 2007, p.55), cria-se um sistema de alianças com outros países e classes dominantes de forma a estender seus interesses para além de suas fronteiras. Nesse sentido, o NED é uma ferramenta exemplar: atua no exterior a partir de administradores e de deliberativas domésticas.

Como aparelho privado de hegemonia (Gramsci, 2007), essa organização parte privada parte pública se apresenta a partir de seus intelectuais orgânicos, mas que estão relacionados com a classe dominante estadunidense que busca a manutenção e a propagação de seu sistema de dominação. Para Brzezinski,

Conforme a imitação do modelo Americano gradualmente penetra no mundo, se cria um ambiente mais agradável para o exercício indireto e aparentemente consensual da hegemonia Americana. E assim como no caso do sistema Americano doméstico, essa hegemonia envolve

uma estrutura complexa de procedimentos e instituições interconectadas designada para gerar consenso e minimizar assimetrias de poder e influência. [...] A América está no centro de um universo interconectado no qual o poder é exercido através de barganha contínua, diálogo, difusão e busca por consentimento formal; ainda que o poder, em última análise, tenha origem a partir de uma única fonte, isso é, Washington, D.C. (Brzezinski, 1998, p. 15).

É notável o esforço que governantes em Washington D.C. desempenham na promoção de “ajudas humanitárias” em países periféricos. Através de instituições bastante conhecidas como aquelas originadas em Bretton Woods ao fim da Segunda Guerra Mundial, as organizações não-governamentais de “ajuda” aos latino-americanos mantidas durante a Guerra Fria (como a Peace Corps, ou a USAID, por exemplo), ou de instituições quase invisíveis criadas nas décadas de 1980, mas nem por isso menos importantes (como a Atlas Network e, em especial, o NED – objeto desse estudo); a classe dominante financia e viabiliza programas de “ajuda” aos países periféricos – seja na promoção da democracia, do livre-comércio, ou ambos. Esses “verdadeiros profissionais da hegemonia” (Guilhot, 2003, p.213) refletem a continuidade de operações políticas exercidas secretamente pela Central Intelligence

Agency (CIA) durante a Guerra Fria e formalmente banidas em 1977. De acordo com Allen Weinstein, ex-presidente do NED, “muito do que fazemos hoje era feito secretamente há 25 anos pela CIA” (Weinstein apud Guilhot, 2003, p.230). Nesse sentido, o NED se apresenta como ferramenta pública de intervenção externa para manutenção hegemônica de uma classe dominante estadunidense a partir da “privatização da política exterior” (Guilhot, 2003, p.230). Ou seja, são instituições que se apresentam como privadas e apartidárias, mas que possuem um estreito vínculo com Washington D.C. Não apenas coabitam a mesma cidade e, por vezes, praticamente o mesmo endereço, como são instrumentos de atuação externa, recebendo, para isso, financiamento público – ainda que travestidos de privados. Como bem argumenta Guilhot,

Essa estrutura emaranhada parece ter por premissa que o dinheiro público, se for filtrado por um número suficiente de camadas burocráticas, transforma-se em financiamento ‘privado’. Com efeito, a presença de uma fundação que age em caráter privado [...] permite ao governo se desengajar mantendo um certo tipo de intervencionismo político (Guilhot, 2003, p.213-214).

Dotados de legitimidade intelectual que a credencial acadêmica lhes confere, esses “profissionais da democracia” (Guilhot, 2003) não somente exportam ideias e razões de mundo, como são também os responsáveis por implementá-las no âmbito externo aos Estados Unidos. Sob a forma de consenso, naturalizam e universalizam interesses próprios:

[...] não se deve ignorar que um saber técnico que tenha como objetivo a constituição e a preservação das instituições democráticas não passa de uma versão desse saber mais geral que concerne os meios capazes de fundar, conservar e ampliar um reino, como Botero definia a razão do Estado (Guilhot, 2003 p.236).

A hegemonia estadunidense e o processo de “colonização pedagógica” (Jauretche, 1975) para formação de consenso através de institutos com o NED traduzem o entendimento de que o interesse privado pode se conformar em interesse público se colocado em uma roupagem “virtuosa”. Como esclareceu o delegado assistente do Estado no âmbito dos Direitos Humanos durante o Governo Reagan: “Temos o direito de dizer: o que aumenta o poder dos Estados Unidos e o respeito que impomos é bom para os

direitos humanos” (Fairbanks apud Guilhot, 2003, p.216). Da mesma forma, podemos dizer que o que aumenta o poder dos Estados Unidos e o respeito que se impõe é bom para a democracia e é bom para o livre-comércio.

Essa universalização de interesses privados pode ser percebida no uso de institutos como o NED, que usa a legitimidade moral que a promoção da “democracia” lhe confere para impor visões de mundo e agendas políticas favoráveis a essa mesma classe dominante que ele representa. Abundam críticas sobre a parcialidade dessa instituição, apoiando movimentos e indivíduos que se identificam com a estratégia de política externa dos EUA e com os interesses de sua classe dirigente inclusive no apoio a organizações e projetos anti-democráticos (Kroener, 2004; Barbosa, 2019).

Conforme argumenta William Robinson, a “promoção da democracia” no exterior tem sido uma peça-chave na política externa a partir dos anos 1980, ainda que deva ser entendida a partir de um processo mais amplo de exercício de hegemonia em um contexto de globalização. Essa “democracia” pode ser caracterizada, entretanto, como uma espécie de “poliarquia”, ou seja, uma característica estrutural da nova ordem global: “é um sistema político global

que corresponde à economia global sujeito à hegemonia de uma elite transnacional, na qual é agente do capital transnacional” (Robinson, 1996, p.4). Para ele, “Por baixo da rubrica de “promoção da democracia, os Estados Unidos intervieram nas crises, transações e lacunas de poder resultantes da dissolução da antiga ordem tentando ganhar influência sobre os resultados” (Robinson, 1996, p.4).

A atuação do NED se diferencia das operações diretas e secretas da CIA na América Latina durante a Guerra Fria. Ao contrário, as operações do NED são públicas e indiretas. Não têm o poder de atuar diretamente na desestabilização, ou na derrubada de algum governo não simpático aos Estados Unidos, mas, como salienta Barbosa, é um instrumento, “a ponta de um iceberg de operações psicológicas e políticas no exterior” (Barbosa, 2019, p.105). Conforme um antigo membro do NED explica: “A política deve ser conduzida de forma marxista-leninista, mas sem os objetivos que isso pressupõe. [Daí] a importância da mobilização de massa, da ideologia e da linha ideológica, do combate político” (Manatt apud Guilhot, 2003, p.221). Nessa estratégia de conquistar corações e mentes, essas organizações travam uma guerra de classes moralmente legitimadas e, por vezes, de difícil percepção. A estratégia de manutenção hegemônica estadunidense passa, assim, a ser uma

enraizada não apenas na dominação coercitiva, mas, principalmente, na dominação por consenso e consentimento.

NED: Uma radiografia

O início do NED

Ao final dos anos 1960, após revelações de que parceiros dos EUA estavam recebendo financiamento secreto da CIA para travar batalhas de ideias em fóruns internacionais, o governo de Lyndon Johnson recomendou o estabelecimento de um mecanismo “público-privado”, de modo a financiar atividades no exterior desvinculadas da CIA. Em 1967, o congressista Dante Fascell apresentou um projeto de lei para criar um Instituto de Assuntos Internacionais, uma iniciativa que autorizaria o financiamento público de programas para promover valores democráticos. Embora a ideia desse instituto não tenha-se materializado, ajudou a levar a discussões dentro do governo sobre como desenvolver novas abordagens para a competição ideológica no âmbito da Guerra Fria.

Na década seguinte, o consultor político de Washington George Agree propôs a criação de uma fundação para promover a comunicação entre os dois principais partidos políticos dos EUA e outros partidos ao redor do mundo. Essa fundação, nomeada de American Political Foundation, foi dirigida pelo então representante comercial dos

EUA, William Brock, e ex-presidente do Comitê Nacional Republicano, e por Charles Manatt, na época presidente do Comitê Nacional Democrata. Enraizava-se, assim, a ideia do NED.

Em 1982, em um discurso no Parlamento do Reino Unido, o então presidente estadunidense, Ronald Reagan, propõe uma iniciativa, visando a fomentar a infraestrutura da democracia no âmbito internacional. Com esse fim, a USAID financiou a American Political Foundation para desenvolver um estudo para a promoção da democracia no exterior conhecido como “The Democracy Program” que recomendava a criação de uma instituição privada, sem fins lucrativos e bipartidária. O National Endowment for Democracy tem início, assim, formalmente, em 1983, com o objetivo de promover assistência para a consolidação democrática no exterior. Para Shipler (1986), a Fundação refletia a nova era de confiança que o governo Reagan representava e, mais especificamente, no orgulho e na convicção de que a democracia era característica enraizada nos EUA e deveria ser expandida ao redor do globo através de operações públicas e distantes daquelas secretamente empunhadas pela CIA em anos anteriores. Para Carl Gershman, presidente do NED e antigo assessor de Jeane Kirkpatrick nas Nações Unidas, “Seria terrível para grupos democráticos ao redor do mundo serem vistos como subsidiados pela C.I.A. Nós vimos isso nos anos 1960 e por isso foi descontinuado”.

Assim, argumenta que: “Nós não tínhamos a capacidade de fazer isso, e é por isso que o Endowment foi criado” [12] (Gershman apud Shipler, 1986).

Trata-se do modelo de uma organização não governamental que recebe financiamento público para levar a cabo iniciativas de democracia. Embora formalmente uma organização não governamental, o NED seria financiado por meio de dotações anuais e sujeito à supervisão do Congresso. Até a década de 1990, os recursos enviados pelo Congresso foram da ordem de US\$ 30 milhões a US\$ 35 milhões por ano. Esses recursos seriam então redistribuídos para organizações, projetos e indivíduos ao redor do globo, em uma espécie de cadeia de *network*. Quando de sua criação, ficou estabelecido um limite máximo de dotação de recursos públicos de US\$ 18,4 milhões ao ano. De tempos em tempos, entretanto, o Congresso fornece dotações especiais ao NED para realização de iniciativas democráticas específicas em países de interesse “especial” (sem caracterizar, no entanto, os critérios alocados para que sejam considerados “especiais”).

Atuando como ferramenta para criação e manutenção de consenso, o NED já em sua carta de princípios reconhece “a importância no mundo contemporâneo e a necessidade de cultivar um clima intelectual, no qual a democracia possa crescer e florescer” (NED, 2020). A missão do NED “não é conduzir outras nações para a adoção de nenhum grupo particular de políticas, mas

Ajudá-las a se envolverem em sociedades democráticas estáveis e fortes” [13] (NED, 2020). São seis seus objetivos principais:

1. *Fortalecer instituições livres e democráticas ao redor do mundo a partir de iniciativas do setor privado;*
2. *Facilitar trocas entre grupos do setor privado nos Estados Unidos e grupos democráticos no exterior;*
3. *Promover a participação não governamental dos Estados Unidos em programas de treinamento democrático e criação de instituições democráticas no exterior;*
4. *Fortalecer processos eleitorais democráticos no exterior através de medidas oportunas em cooperação com forças democráticas nativas;*
5. *Apoiar a participação dos dois principais partidos políticos americanos, trabalho, empresas e outros grupos do setor privado nos Estados Unidos, fomentando cooperação com aqueles no exterior dedicados ao pluralismo democrático de valores culturais, instituições e organizações; e*
6. *Apoiar o estabelecimento e crescimento do desenvolvimento democrático de uma maneira consistente com as amplas preocupações de interesse nacional dos Estados Unidos e com requerimentos específicos de grupos democráticos em outros países que são apoiados por programas financiados pelo Endowment [14] (NED, 2020).*

Perpetuando um tipo de “colonização pedagógica” (Jauretche, 1975), o instituto desempenha programas de “treinamento e educação cívica”. Em específico, “Programas educacionais também treinam lideranças sindicais e membros em procedimentos parlamentares e democracia interna, assim como a filosofia de sindicatos de livre-comércio” [15] (NED, 2020). Nesse sentido, programas nessa área incluem treinamento nas técnicas de organização, produção e disseminação de materiais, além de organização de demonstrações públicas e de apoio na construção de educação cívica em escolas e universidades (NED, 2020). A hegemonia estadunidense mantida através do consenso está eufemizada enquanto uma “missão educacional”: “A disseminação de livros, filmes, ou programas de televisão esclarecendo ou promovendo democracia é uma atividade que merece consideração e suporte” [16] (NED, 2020).

A promoção da “democracia” e da “educação cívica” pelo NED não seria completa sem sua contraparte econômica. Uma política neoliberal baseada no livre-comércio é “prerequisite of a democratic political system” (NED, 2020). Assim, o NED objetiva:

Promover a participação do setor privado em processos políticos democráticos;
Aumentar o conhecimento público e apreciação do papel do empresário no crescimento econômico;

Estimular o diálogo público/privado e encorajar reformas estruturais para a manutenção de direitos econômicos e políticos;

Fornecer aos legisladores e outros tomadores de decisão no âmbito econômico dados para assegurar deliberações esclarecidas e legislação efetiva;

Expandir o ensino do empreendedorismo privado e aumentar a capacidade da comunicação empresarial para alcançar audiências como a mídia, líderes políticos, empregados e jovens;
e

Estimular o desenvolvimento de associações voluntárias empresariais que promovam conceitos de empreendedorismo privado e desempenhem um papel de liderança com relação à mudança econômica [17] (NED, 2020).

A criação do NED foi seguida pelo estabelecimento de seu primeiro presidente permanente John Richardson, um antigo secretário de Estado assistente, logo substituído por Carl Gershman, conselheiro sênior do representante dos EUA nas Nações Unidas. Uma das primeiras iniciativas do NED foi a criação de quatro institutos centrais afiliados e interligados por meio desse primeiro. São eles: a) Center for International Private Enterprise (CIPE) – instituto que relaciona-se com a US Chamber of Commerce e promove o desenvolvimento de economias de livre-mercado, b) National Democratic

Institute for International Affaris (NDI) – instituto representativo do Partido Democrata, c) International Republican Institute (IRI) – a contrapartida do Partido Republicano, e d) American Center for International Labor Solidarity (ACILS) – organização alinhada com a American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO) com foco nos sindicatos. O NED serve como organização guarda-chuva, através do qual esses quatro grupos e um número crescente de outros grupos do setor privado recebem financiamento para realizar programas no exterior.

Imagem 1: NED e institutos afiliados

Através dessas quatro instituições, governo, partidos, sindicatos e empresas podem exercer papel sobre a política externa estadunidense e sobre as políticas públicas da sociedade civil em diversos países. Funcionando como um elo entre o governo dos Estados Unidos e as organizações da sociedade civil no exterior, o NED recebe recurso público e o redistribui como recurso privado para essas organizações. Desenvolve ainda material “educacional”, prêmios, conferências, treinamento, entre outras atividades. Além de doação de recursos para projetos que visam a fortalecer a “democracia” e o livre-mercado no exterior, o NED funciona ainda como um *network* guarda-chuva (NED, 2020) que arregimenta movimentos, instituições e indivíduos ao redor do globo. Desenvolve ainda iniciativas

próprias como o World Movement for Democracy – “um conjunto de organizações unidas por valores compartilhados e por um aprofundado intercâmbio de informação e serviços, trabalhando internacionalmente em um problema” [18] (Scott e Steele, 2005, p.442). Publica um jornal quadrimestral (Journal of Democracy) e organiza pesquisas e publicações sobre democracias no International Forum for Democratic Studies. Por fim, desde 2006, coordena o Center for International Media Assistance (CIMA), uma instituição financiada pelo Departamento de Estado que visa a fomentar uma mídia “independente” em países nos quais o NED atua. O CIMA divulga informações, cria *networks*, conduz pesquisas e “evidencia o papel indispensável que a mídia independente desempenha na criação e no desenvolvimento de democracias sustentáveis ao redor do mundo” [19] (NED, 2020).

Conselho Administrativo/Diretivo NED

O Conselho Administrativo, ou diretivo, do NED se refere à instância de maior hierarquia dentro da instituição. Inicialmente, buscou ser um elo representativo entre políticos democratas e republicanos e de representantes do empresariado e do sindicalismo com mandatos de três anos. Nesse sentido, cada um dos quatro institutos do NED gozaria de representação no Conselho. Em 1993, entretanto, esse arranjo formal se desfez. Atualmente o Conselho não tem limite de mandato

e inclui indivíduos pertencentes a três grupos: a) Oficiais: presidentes (tradicionalmente há mais de um presidente na fundação), vice-presidentes e tesoureiros; b) Diretores: membros do Conselho alocados para esse fim; e c) Presidentes passados: antigos presidentes e presidentes honorários. Historicamente, o Conselho reflete o amálgama composto por indivíduos oriundos do governo estadunidense, partidos políticos (Republicanos e Democratas), empresas e grandes corporações, sindicatos e intelectuais da academia. Um dos primeiros nomes a fazer parte da direção do NED foi John Richardson, então presidente da Radio Free Europe, entidade largamente financiada pela CIA. Dentre os que já passaram pelo Conselho diretivo do NED estão Henry Kissinger, Zbigniew Brzezinski, Francis Fukuyama, Paul Wolfowitz, Lane Kirkland, Dante Fascell, Olin Robinson, Madeline Albright, Charles Manatt e Elliot Abrams.

Nessa pesquisa, buscamos analisar o perfil do Conselho atual do NED composto por 32 indivíduos (ver apêndice). Constatamos que o atual Conselho é majoritariamente formado por indivíduos com formação em Direito (**gráfico 1**), com pouco ou nenhum vínculo com universidades em outros países. Mais especificamente, 87% dos membros do Conselho não têm vínculo com universidades no exterior, demonstrando seu caráter endógeno [20]. Dentre os que possuem vínculo (14%), as universidades estão

situadas no mundo anglo-saxão (Inglaterra, Canadá e Irlanda). São em sua maioria advogados, diplomatas, executivos e professores (**gráfico 2**) [21]. Têm vínculo expressivo com o governo dos EUA: 27 dos 32 conselheiros, representando 84% deles. Ainda que, em sua grande maioria, ocupem cargos públicos (**gráfico 3**), praticamente todos os níveis federativos estão contemplados: desde prefeito e governador até deputado estadual, senador e embaixador. A metade deles representa empresas (**gráfico 4**) contando com gigantes como General Motors e ExxonMobil, seguido por um número expressivo relativo ao setor militar (11%). Por fim, 50% dos membros do Conselho têm vínculo com algum *think tank*. Em sua maioria, esses institutos são especializados em políticas públicas e/ou política internacional, como é o caso do Council of Foreign Relations, *think tank* com mais membros presentes no Conselho (**gráfico 5**), focado em política externa e assuntos internacionais e responsável pela publicação da revista *Foreign Affairs*.

Essa radiografia do Conselho nos indica que o NED é uma organização: a) formada por indivíduos em sua maioria formados em Direito, que circulam academicamente de maneira endógena, não ultrapassando o mundo anglo-saxão; b) são, em grande maioria, advogados, diplomatas, professores e executivos; c) têm vínculo estreito com o governo dos EUA, em sua maioria ocupando cargos públicos

d) representam prioritariamente empresas, ainda que o setor militar, sindicatos e organizações também sejam representados e; e) a metade dos conselheiros tem vínculo com *think tanks* voltados para política externa e assuntos internacionais.

O perfil aqui apresentado da instância superior do NED é um que atesta o amálgama de entidades, as quais o NED buscou representar quando de sua construção. Nele, estão representados indivíduos oriundos do setor empresarial, do governo (ambos os partidos), do sindicalismo e da academia. Esse perfil atesta ainda o vínculo existente entre o NED e o âmbito público estadunidense que não se resume ao financiamento da instituição, mas que tem nela própria indivíduos que circulam no âmbito do Executivo e Legislativo do governo dos EUA. Por fim, dado ainda o número expressivo de indivíduos que representam empresas no Conselho do NED, pode-se atestar que o NED não só é um instrumento de política externa estadunidense, dado seu vínculo com o governo desse mesmo país, mas atua enquanto braço estadunidense de uma espécie de política externa empresarial (**imagem 2**).

Patrocinadores do NED

A atuação do NED no exterior só é possível com o aporte financeiro e as doações de entidades privadas e públicas. Uma parte expressiva do orçamento do NED é público – mais de 90% e, em alguns casos, chegando a

99% do total de seu orçamento (Schoultz, 2018). Aprovado anualmente pelo Congresso, a alocação de recursos é feita tipicamente pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) [22] ao NED, por intermédio do Departamento de Estado (USDOS), sendo então redistribuídos para os quatro institutos que dele fazem parte (IRI, NDI, ACLS e CIPE). Estes distribuem novamente para instituições no exterior e/ou utilizam o recurso diretamente em projetos no exterior (**imagem 3**). Entretanto, o recurso público por vezes pode ser recebido de outras agências do governo, como foi o caso da agora extinta United States Information Agency (USIA), agência que, nos primeiros anos de vida do NED, foi responsável por grande parte da alocação de recursos públicos em conjunto com o Departamento de Estado. Recebendo recurso público via agências governamentais, como é o caso da USAID, o NED está sujeito à fiscalização do próprio Congresso que autoriza a alocação de recursos, mesmo sendo formalmente uma organização privada. O fluxograma abaixo representa o caminho que os recursos percorrem e o papel do NED de receptor e distribuidor desses: de início, recurso público, para, ao fim, apenar recurso privado.

Foi instituído em normativa quando de sua criação que o NED teria orçamento alocado inicialmente de US\$ 31,3 milhões. Nos primeiros anos, por conta de divergências entre

os partidos políticos, o NED receberia um valor bem abaixo desse: US\$ 18 milhões para dar início às suas ações. De fato, a alocação de orçamento público para o NED tem idas e vindas, dependendo da maioria no Congresso e do Executivo. No governo Clinton, foi aprovado teto de US\$ 48 milhões. Em 2003, o NED teve o orçamento aprovado em mais de US\$ 40 milhões, além de US\$ 10 milhões “suplementares” para regiões e países considerados de interesse especial. Em 2004, o governo W. Bush defendeu um orçamento anual de US\$ 60 milhões. Em 2006, o orçamento passou para US\$ 75 milhões e, em 2008, para US\$ 100 milhões (NED, 2020). Em 2019, o Congresso aprovou US\$ 168 milhões para o NED. Excepcionalmente, uma alocação maior pode ser feita para projetos, ou países, considerados de interesse especial. “Special fundings” foram enviados para países como China, Cuba, Iraque, Coreia do Norte e Venezuela, Rússia, Tibet, Burma, além de regiões como os Balcãs (relatórios anuais do NED, 2005-2015).

Nessa pesquisa, contamos com os dados coletados em cada um dos relatórios publicados pelo NED entre os anos de 2005 e 2015 que apresentam recursos doados, à exceção daquele aprovado pelo Congresso e redistribuído pela USAID. Assim, há que se notar que, nos gráficos, não se contabiliza a maior parte de recurso de que o NED dispõe: o público feito pelo Departamento de Estado por intermédio da USAID.

Uma radiografia dos doadores

do NED (exceto o orçamento aprovado pelo Congresso) nos demonstra que os recursos são doados majoritariamente por pessoas físicas, seguido por organizações sem fins lucrativos (**gráfico 6**). Dentre as pessoas físicas, um número grande é de doadores que fazem, ou fizeram, parte do NED. Executivos, diplomatas e membros de *think tanks* também estão presentes entre as pessoas físicas que doam para o NED. Figuras que transitaram no âmbito da política externa dos EUA como o ex-secretário de Estado Henry Kissinger; Robert Zoellick, antigo secretário de Estado adjunto dos EUA, presidente do Banco Mundial e diretor da Goldman Sachs; e a antiga secretária de Estado Condolezza Rice; figuram entre os doadores mais recentes. Empresas como Facebook, Microsoft, Google, Coca-Cola e Goldman Sachs são doadores recorrentes, assim como universidades como George Mason e University of Toronto. Fundações filantrópicas e sem fins lucrativos como Carnegie Corporation, Open Society e Smith Richardson Foundation fazem doações para o NED e ocupam uma parcela significativa dentre os doadores da instituição. Além das organizações sem fins lucrativos, sindicatos também ocupam um lugar expressivo dentre os doadores do NED. O AFL-CIO é doador recorrente, assim como o United Steel Workers e a United Federation of Teachers.

Ainda que quase a totalidade de doações ao NED seja feita por indivíduos, ou entidades, dentro dos

Estados Unidos, é possível notar doadores externos, dentre eles, doações vindas do Canadá e de Taiwan são presentes. A Taipei Economic and Cultural Representative Office e a Taiwan Foundation for Democracy, ambas com sede em Taipei, por exemplo, são instituições que fazem doações recorrentes ao NED. Empresas internacionais (como a sul-coreana PoongSan Corporation), embaixadas (como a da República da Lituânia) e fundações (como a Swedish International Development Cooperation Agency) também doam recursos ao NED.

Assim como no caso do Conselho Administrativo do NED, os doadores dessa instituição aparentam também caráter endógeno, figurando entre eles grandes nomes da política estadunidense e grandes corporações, ajudando, assim, a legitimar o papel do NED.

Financiamento para América Latina e Caribe

Todo o ano, o NED redistribui recursos para dezenas de organizações na América Latina. As quantias dos subsídios variam, a depender do tamanho e do escopo dos projetos, mas duram, em média, 12 meses com auxílios de US\$ 50 mil. As decisões sobre quem financiar são tomadas a cada três meses pela diretoria do NED, que considera os seguintes fatores: se a organização se enquadra dentro das prioridades gerais da Fundação; sua relevância para as necessidades

específicas do país em que está sediada; e compromisso democrático e a experiência do inscrito (NED, 2020). Na América Latina, entre 2016 e 2019, o NED distribuiu um total de US\$ 90 milhões em recursos, com o maior montante sendo dispendido no último ano (**gráfico 7**).

Em relatórios anuais, o NED explicita algumas ações e apresenta uma descrição do contexto doméstico nos países em que atuou. Em relatório anual de 2017, a América Latina, com seus “escândalos de corrupção”, recebe destaque e é justificativa para a atuação do NED na região. Governos da tríade Venezuela-Cuba-Nicarágua são descritos como autocráticos e, portanto, carentes de instituições democráticas, indício da legitimidade da atuação do NED nesses países. Assim, o relatório sintetiza o ano de 2017 da seguinte maneira:

Um intenso ciclo eleitoral que começou com as eleições em Honduras e Chile no final de 2017 e continuaria ao longo de 2018 em vários países foi enquadrado pelas demandas dos cidadãos por transparência e responsabilidade no contexto de um número crescente de políticos associados ao suborno do escândalo da Lava Jato brasileira. Enquanto isso, os governos autocráticos de Cuba, Nicarágua e Venezuela continuaram a desafiar a democracia, com a crise multifacetada da Venezuela apresentando os desafios políticos, sociais e econômicos mais críticos em andamento. Após meses de protestos

nas ruas, repressão violenta e mais de 150 mortes, o governo venezuelano realizou uma eleição fraudulenta para uma Assembléia Constituinte que deu poder ilimitado ao partido do presidente Maduro. Depois disso, a crise começou a ser sentida com força total em países vizinhos como Brasil, Colômbia e Peru, quando os venezuelanos fugiram em busca de refúgio. Por esse motivo, a NED apoiou parceiros que trabalham para impedir a corrupção e promover reformas em toda região, desde o acesso às leis de informação no Cone Sul até reformas institucionais abrangentes no México e na América Central (Relatório Anual NED, 2017).

No caso da Venezuela, esse mesmo relatório destaca que: “O tempo todo, o NDI, o IRI, o CIPE e o Centro de Solidariedade trabalharam ao lado de organizações venezuelanas para defender os direitos humanos e promover valores democráticos contra todas as probabilidades na Venezuela” (Relatório Anual NED, 2017). De fato, a Venezuela é um caso *sui generis*. É um dos países em que mais organizações receberam recurso do NED (à exceção de Cuba, que recebeu pouco mais) **(gráfico 8)**, ao mesmo tempo em que é o único país da América Latina e Caribe, cujas organizações beneficiárias não são divulgadas. Somente em 2018, os parceiros venezuelanos receberam US\$ 2,4 milhões para a implementação de projetos com temas vagos como: direitos humanos, educação cívica e valores

democráticos. Em 2019, uma investigação dos jornalistas Max Bluementhal e Dan Cohen expôs a relação entre o presidente opositor e autoproclamado Juan Guaidó e o NED, cujos parceiros receberam fundos dessa instituição. Também nessa mesma investigação, constatou-se o elo entre o NED e o Center for Applied Non-Violent Action and Strategies (CANVAS), recipiente de recursos pelo primeiro e responsável pelo envio de estudantes opositores em 2005 para um treinamento de insurreição na Sérvia (Pastor, 2019).

Do total de recursos enviados para a América Latina e Caribe entre 2016 e 2019, Cuba é o país, cujas organizações “parceiras” do NED mais receberam (cerca de US\$ 12 milhões), seguido por Venezuela e Colômbia. Além de recursos enviados pelo NED diretamente para essas organizações parceiras, o NED ainda envia recursos para um outro setor, a Regional AL e Caribe, responsável também por redistribuir outros recursos a esses mesmos parceiros. Nesse período, apenas quatro países da região não receberam recursos: Chile, Uruguai, Costa Rica e República Dominicana.

De modo similar, Cuba também é o país que mais recebeu aprovações de projetos por organizações cubanas entre 2016 e 2019 (176 projetos), seguida por Venezuela (162 projetos). Equador, Bolívia e Nicarágua ficam em terceiro lugar com cerca de 60 projetos cada **(gráfico 9)**.

Desses projetos, um número expressivo é caracterizado de forma ampla como “Responsabilidade e Governança” (177 projetos), “Direitos Humanos” (174 projetos), “Liberdade de Informação” (163 projetos) e “Ideias e valores democráticos” (150 projetos) (**gráfico 10**). Outros projetos agraciados são listados como “Economia de mercado”, “Educação cívica” e “Estado de Direito”.

No âmbito do Cone Sul, o financiamento do NED geralmente se dá a partir do CIPE. Nesse sentido, os dados foram coletados com base na lista de projetos do NED, onde consta o nome do CIPE como organização executora. Os projetos que antecedem o ano de 2016 (data-limite de pesquisa no site do NED) foram retirados de Kopittke (2015, p.97-106). Para o nome do instituto participante do projeto, foi necessário recorrer aos relatórios anuais do CIPE. Os dados estão resumidos na **tabela** abaixo.

No Peru, o Instituto Invertir recebeu financiamento do NED através do CIPE com o objetivo de “treinar” 250 estudantes universitários da zona rural do Peru “em democracia, Estado de Direito, mercados livres e liderança”. Cabe aqui mencionar que o presidente desse instituto é Daniel Córdova, reitor da Universidade do Peru e antigo funcionário do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Agência para o Desenvolvimento e CIPE (Educast, 2020). Já na Bolívia, o financiamento do Endowment visa a “explorar como as políticas públicas voltadas aos

naturais podem contribuir da melhor forma para o bem público e a democracia na Bolívia”. De acordo com relatório do CIPE, a Bolívia “não tem sido capaz de administrar com sucesso essa riqueza (naturais) p/ aliviar a pobreza dos bolivianos comuns. [...] Situação agravada pelo clima socialista político, ineficiência do governo e corrupção” (CIPE, 2008). Também através do CIPE, o NED financiou a Fedesarrollo na Colômbia, entidade que forneceu ao Congresso, ao Tribunal Constitucional, à sociedade civil e a profissionais da mídia no país “uma análise confiável e imparcial de iniciativas legislativas”. O diretor da Fedesarrollo, Luis Mejía, é economista da Universidade de Chicago e trabalhou, assim como Córdova, no BID (Fedesarrollo, 2020). Segundo relatório do CIPE, foi desenvolvido um programa de assessoria legislativa. Assim, “Em 2009, a Fedesarrollo forneceu análises de políticas cruciais a vários legisladores e ajudou na revisão dos principais projetos de lei, ajudando a moldar reformas de políticas públicas pró-mercado” (CIPE, 2009, p.38). Segundo o mesmo relatório, o presidente da Colômbia, Juan Santos, “usou as recomendações da Fedesarrollo para eliminar as vantagens fiscais do investimento de capital e a eliminação gradual do imposto sobre transações financeiras da Colômbia” (CIPE, 2010, p.24). No Paraguai, o foco na educação foi feito a partir de uma “campanha de conscientização pública”, implementada em um programa de empreendedorismo em

15 escolas de ensino médio que “ajudaram o governo a identificar maneiras práticas de incorporar o empreendedorismo aos currículos das escolas públicas”. De fato, o financiamento pelo NED “fortaleceu o conhecimento e as competências empresariais de cerca de 900 professores de escolas públicas” (CIPE, 2011, p.3). Por fim, na Argentina, a Fundación Libertad, parceira da Rede Atlas Network e financiada pelo NED desde 2016, consolidou junto com o CIPE a Rede de Iniciativa Privada Federal (RFPP) responsável pelo compartilhamento de políticas com o governo e de pesquisas sobre a desregulamentação da economia argentina. Segundo relatório do CIPE, “a RFPP atraiu líderes empresariais provinciais para desempenhar um papel importante na transição da Argentina de volta a uma economia de mercado mais vibrante” (CIPE, 2016). Para sua apresentação oficial, foi oferecido um jantar com mais de mil líderes empresariais, governantes e o então presidente da Argentina, Mauricio Macri (CIPE, 2016).

Em meados da década de 2010, os financiamentos do NED passam a apontar para a corrupção na região. De acordo com relatório anual do CIPE (2017), “Nos últimos anos, a América Latina foi vítima de extensos esquemas de corrupção multi regionais”, nesse sentido, acrescenta: “O CIPE está apoiando parceiros na Argentina e no Brasil para desenvolver, pesquisar e treinar líderes nas melhores práticas de governança corporativa” (CIPE, 2017).

A intervenção estadunidense por meio do NED veste a roupagem moral dos “direitos humanos”, “responsabilidade e governança”, “ideias e valores democráticos”, entre outras. Como braço de política externa, o NED atua principalmente em países com histórico de animosidade com os Estados Unidos. Nada mais natural, levando-se em conta que a própria definição do conceito de “democracia” é ela mesma condicionada a interesses relativos. Tal como argumentava a antiga embaixadora dos EUA nas Nações Unidas Jeane Kirkpatrick durante a década de 1970, o que se considera um regime autoritário, ou regime democrático, tem relação direta com papel que tal governo desempenha em relação aos interesses da classe dominante nos EUA. Assim, justifica-se, por exemplo, o aprofundamento das relações de amizade com “autocracias tradicionais”, enquanto se recomenda intervenções em “autocracias revolucionárias” (Kirkpatrick, 1979). A própria definição desses conceitos está condicionada a um determinado tempo e espaço geográfico, econômico e social.

Considerações finais

Nesse trabalho, buscamos apresentar a hegemonia estadunidense na formação de consenso por intermédio do NED. Peça fundamental na manutenção da hegemonia estadunidense e na manutenção dos interesses econômicos de sua classe dominante, o

NED atua como braço da política externa estadunidense desempenhando ações, agora públicas, que durante a Guerra Fria foram perpetuadas secretamente pela CIA. Instrumento que se utiliza de justificativas louváveis e moralmente defensáveis como a promoção da democracia, o NED é um mecanismo de intervenção por parte do Departamento de Estado que atua no exterior, levando em conta as estratégias de política externa dos EUA e os interesses da classe dominante que esse mesmo governo representa. Através de seus “empreiteiros de normas” (Guilhot, 2003), o NED financia projetos direta, ou indiretamente, para reformas políticas e econômicas nos países da América Latina. Essas reformas são muito específicas: a de cunho econômico está atrelada a políticas neoliberais que são de interesse da classe dominante e de grandes corporações estadunidenses; a de cunho político está baseada em reformas que visam a diminuir o papel do Estado na construção, ou na manutenção de políticas de bem-estar social, ao mesmo tempo em que condiciona políticas domésticas e externas ao aval da classe hegemônica estadunidense. Não é à toa que a defesa da “promoção da democracia” está alinhada com a “defesa do livre-comércio” nos países em que atuam.

Formado por indivíduos que se mantêm em um circuito bastante endógeno (tanto em sua formação escolar quanto em sua atuação profissional), os dirigentes do NED

representam o governo, a academia e o empresariado nacional. Recebendo recurso aprovado pelo Congresso e desembolsado pelo Departamento de Estado, o NED reflete a perspectiva de que, ao circular por diversas instâncias antes de chegar ao seu destino final, o recurso passa de público para privado. Se o governo dos Estados Unidos e suas agências governamentais não podem mais intervir diretamente em outros países desde que as operações clandestinas (*covert*) da CIA foram publicizadas e se criou legislação específica, o NED cumpre a função de “vestir-se” enquanto entidade privada para exercer esse papel, ainda que seus dirigentes e seus recursos sejam em sua grande maioria públicos. Atua diretamente na América Latina, financiando projetos que, supostamente, visam a promover a democracia, mas que, coincidentemente, estão alocados em países, cuja animosidade com os EUA é notável. É o caso de Cuba e Venezuela.

Assim, as intervenções estadunidenses no pós-Guerra Fria no hemisfério latino americano não cessaram, apenas estão menos visíveis e menos diretas. Conformam, todavia, a práxis da sua política externa que se caracteriza pelo uso de mecanismos de consenso, como a diplomacia e as “ajudas” externas; e de coerção, como as atividades militares. Nessa lógica, a difusão de uma determinada ideologia, seja ela a democracia, ou o livre-comércio, e o discurso moralista de “ajuda” têm sido

prática recorrente na América Latina no período pós-Guerra Fria e fazem parte de uma longa tradição nos EUA que caracteriza os latino-americanos como um povo inapto, emocional e que carece de amadurecimento e de responsabilidade. Como afirma Schoultz (2018, p.4-5), os Estados Unidos “têm tentado ajudar os latino-americanos por mais de um século”, tornando-se, assim, “uma nação de ajudantes” [23].

Passamos, assim, por um “novo estatuto legal do colonizado” (Gullo, 2018, p.294), ou seja, vivenciamos uma subordinação de ideias e de agendas políticas e econômicas que nos são induzidas na forma de manutenção por consenso e consentimento, a partir de uma potência hegemônica estadunidense, cuja classe dominante tem interesses políticos e econômicos na viabilização desse tipo de ideologia. A substituição da coerção pelo consenso se dá por ser essa forma mais eficaz e menos custosa que a primeira. Central para a manutenção hegemônica está a dimensão das ideias e a percepção da periferia e dos subalternos de que a ideologia dominante não só não é nociva, como é desejável. Que melhor estratégia de manutenção de interesses privados do que revesti-los de público? Que melhor ferramenta de domínio que a ideia de que o dominado é livre? Como bem disse Johann von Goethe, o melhor escravo é aquele que pensa que é livre.

Referências bibliográficas

- ACHARYA, Acharya e BUZZAN, Barry. 2010. *Non-Western International Relations Theory*. Londres: Routledge.
- AGEE, P. 1975. *Inside the Company: CIA Diary*. Nova York: MacMillan.
- BANDEIRA, M. 1978. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BARBOSA, L. 2019. “A Assistência Externa de Promoção da Democracia Liberal dos Estados Unidos na América Latina: Uma observação desde a Análise de Redes Sociais (ARS)”. *Carta Internacional*, v.14, n.3, p.84-119.
- BRZEZINSKI, Z. 1998. *El Gran Tablero Mundial*. Barcelona: Paidós.
- CIPE. Relatório Anual 2008. Disponível <https://www.cipe.org>. Acesso: 8 out. 2020.
- CIPE. Relatório Anual 2009. Disponível <https://www.cipe.org>. Acesso: 8 out. 2020.
- CIPE. Relatório Anual 2011. Disponível <https://www.cipe.org>. Acesso: 8 out. 2020.
- CIPE. Relatório Anual 2016. Disponível em <https://www.cipe.org>. Acesso: 8 out. 2020.
- CIPE. Relatório Anual 2017. Disponível em <https://www.cipe.org>. Acesso: 8 out. 2020.
- COHEN, D. e BLUMENTHAL, M. 2017. “A Invenção de Juan Guaidó”. *Opera Mundi*. 03 Fev. 2017. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/54758/a-invencao-de-juan-guaido-como-o-laboratorio-de-mudanca-de-regime-dos-eua-criou-o-lider-do-golpe-de-estado-na-Venezuela>. Acesso em 10 jul. 2020.
- De SOUZA, J. 2020. *A Guerra contra o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- EAGLETON, Terry. 1996. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In ZIKEK, Slavoj. *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- EDUCAST. Daniel Cordova Cayo. Disponível em https://educast.pucp.edu.pe/speaker/1104/daniel_cordova_cayo Acesso realizado em 10/09/2020.
- FEDESAROLLO. Quienes Somos. Disponível em <https://www.fedesarrollo.org.co/quienes-somos> acesso em 23/09/2020.
- FRANKLIN, B. 1985. “Democracy Project Facing New Criticisms”. *The New York Times*. 4 Dez, 1985.
- GILL, S. 2008. *Power and Resistance in the New World Order*. Nova York: Palgrave.
- GRAMSCI, A. 1971. *Selections from the Prison Notebooks*. New York: International Publishers.

_____. *Cadernos do Cárcere*. 2007. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3.

GUILHOT, N. 2003. Os Profissionais da Democracia em Ação. In LINS, D. e WACQUANT, L. *Repensar os Estados Unidos: Por uma Sociologia do Superpoder*. Campinas: Papiрус.

GULLO, M. 2018. *Relaciones Internacionales: Una teoría crítica desde la periferia sudamericana*. Buenos Aires: Editorial Biblos.

HOFFMAN, Stanley. 1977. 'An American Social Science: International Relations'. *Daedalus* 106(3):41-60.

JAURETCHE, A. 1975. *Los Profetas del Odio y la Yapa: La Colonización Pedagógica*. Buenos Aires: Pena Lillo.

KIRKPATRICK, J. 1979. "Dictatorships and Double Standards". *Commentary*. Nov, 1979.

KORYBKO, Andrew. *Guerras Híbridas*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KROENER, B. 2004. "Bush Aims to Raise Whose Budget?" *Slate*. 22 jan. 2004.

LEFFLER, M. e WESTAD, O. 2010. *The Cambridge History of the Cold War*. Nova York: Cambridge University Press.

LEOGRANDE, W. 1998. *Our Own Backyard: The United States in Central America*. Londres: Chapel Hill.

LUHN, A. 2015. "National Endowment for Democracy is first 'undesirable'

NGO banned in Russia". *The Guardian*. 28 jul, 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/jul/28/national-endowment-for-democracy-banned-Russia>. Acesso em 10 jul, 2020.

National Endowment for Democracy (NED). 2020. *National Endowment for Democracy*. Disponível em <https://www.ned.org>. Acesso em 10 jun, 2020.

PASTOR, M. 2019. "National Endowment for Destabilization? CIA Funds for Latin America". *Telesur*, 4 abril, 2019. Disponível em <https://www.telesurenglish.net/analysis/National-Endowment-for-Destabilization-CIA-Funds-for-Latin-America-in-2018-20190403-0042.html>. Acesso em 10 jun, 2020.

PETRAS, J. e VELTMEYER, H. 2004. *Las Dos Caras del Imperialismo: Vassalos y Guerreros*. Lumen: Buenos Aires.

Relatório Anual NED 2017. In **National Endowment for Democracy**. Disponível em <https://www.ned.org>. Acesso em 10 jun, 2020.

ROBINSON, William. *Promoting Polyarchy*. Nova York: Cambridge University Press, 1996.

SCOTT, J. e STEELE, C. 2005. "Assisting Democrats or Resisting Dictatorships? The nature and impact of democratic support by the United States National Endowment for Democracy, 1990-99" ..

- Democratization*, v.12, n.4, ago 2005, p.439-460. Análise das Tendências a partir do TRIP 2014'. *Carta Internacional*12(1):224-256.
- SHIH, G. 2019. "China Announces Sanctions Against U.S. Based Non-Profit Groups in Response to Congress's Hong Kong Legislation". *The Washington Post*, 2 Dez, 2019. WOODWARD, B. 1987. *Veil: The secret wars of the CIA 1981-1987*. Londres: Simon e Shuster.
- SHIPLER, D. 1986. "Missionaries for Democracy: U.S. aid for global pluralism". *The New York Times*, 01 Jun, 1986. Disponível em <https://www.nytimes.com/1986/06/01/world/missionaries-for-democracy-us-aid-for-global-pluralism.html>. Acesso em 10 jul, 2020.
- SHOULTZ, L. 2018. *In their Best Interest: A history of US effort to improve Latin Americans*. Londres: Harvard University Press.
- SNYDER, C. 2014. "China Tries to Blame US for Hong Kong Protests". *Hudson Institute*, 13 out 2014.
- TICKNER, Arlene. 2003. 'Seeing IR Differently: Notes from the Third World'. *Millenium* 32(2):295-324.
- TICKNER, Arlene e INOUE, Cynthia. 2016. 'Many Worlds, Many Theories?' *Revista Brasileira de Política Internacional*59(2):1-4.
- VILLA, Rafael Duarte; TICKNER, Arlene; SOUZA, Marília e MASMEDA, Yamile. 2017. 'Comunidades de Relações Internacionais na América Latina: Uma

Notas

- 1) Tradução para o português feita pelos autores.
- 2) Tradução para o português feita pelos autores.
- 3) Tradução para o português feita pelos autores.
- 4) Tradução para o português feita pelos autores.
- 5) Tradução para o português feita pelos autores.
- 6) Usa-se aqui “democracia” (entre aspas) porque se entende que esse é um conceito, cujo uso pelo NED e pelo governo estadunidense não só se restringe a uma democracia minimalista e procedimental, mas também se restringe a governos e políticas favoráveis aos interesses econômicos e estratégicos da classe dominante (econômica e dirigente) nos Estados Unidos.
- 7) Sobre o papel do NED no Equador, ver Barbosa, 2019.
- 8) Tradução para o português feita pelos autores.
- 9) O conceito de “guerra híbrida” apresentado por Andrew Korybko (2018) sintetiza esse tipo de imperialismo estadunidense: em vez do uso da força para manutenção dos interesses e privilégios da classe dominante estadunidense; se faz uso de um modelo de guerra indireta (ou não convencional), no qual “as tradicionais ocupações militares podem dar lugar a golpes e operações indiretas para troca de regime, que são muito mais econômicos e menos sensíveis do ponto de vista político (Ibidem, p.12).
- 10) Aqui, a violência simbólica é utilizada tal como Pierre Bourdieu repensa e elabora o conceito gramsciano de hegemonia (EAGLETON in ZIZEK, 1996).
- 11) Para um estudo dessas organizações, ver Schoultz, 2018.
- 12) Tradução para o português feita pelos autores.
- 13) Tradução para o português feita pelos autores.
- 14) Tradução para o português feita pelos autores.
- 15) Tradução para o português feita pelos autores.
- 16) Tradução para o português feita pelos autores.
- 17) Tradução para o português feita pelos autores.
- 18) Tradução para o português feita pelos autores.

19) Tradução para o português feita pelos autores.

20) Dos 31 conselheiros analisados, somente quatro têm vínculo acadêmico internacional: dois deles na Inglaterra; um, na Irlanda; e um, no Canadá. Não foi possível obter informações sobre a formação acadêmica de um único conselheiro.

21) Nesse gráfico, há sobreposição de ocupações, haja vista que computamos todas as ocupações exercidas pelos membros do Conselho.

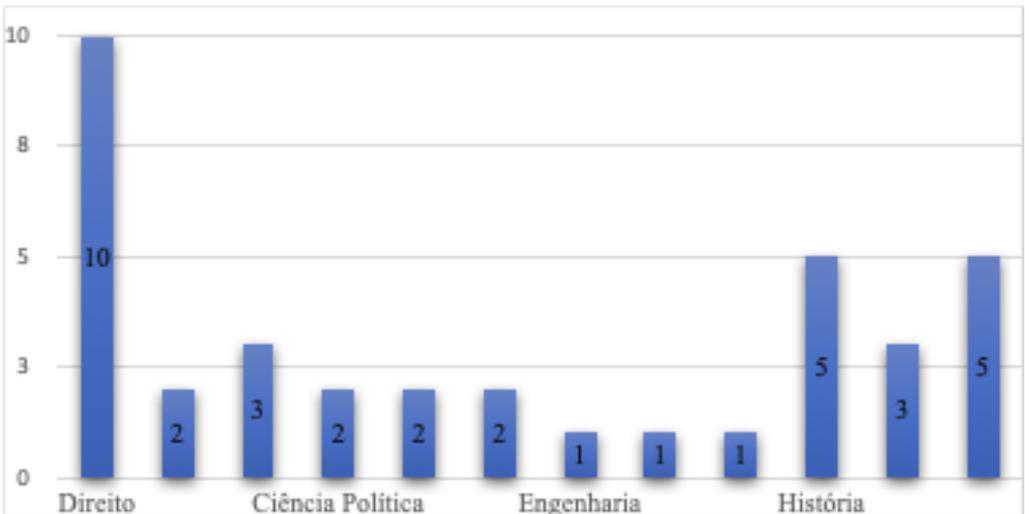
22) A USAID foi instituída em 1961 como uma agência governamental, cujo objetivo seria o de receber e distribuir recursos para ajuda externa de caráter civil. Ainda que formalmente independente, segue as diretrizes e proposições do Departamento de Estado.

23) Tradução para o português feita pelos autores.

Imagem 1: NED e institutos afiliados

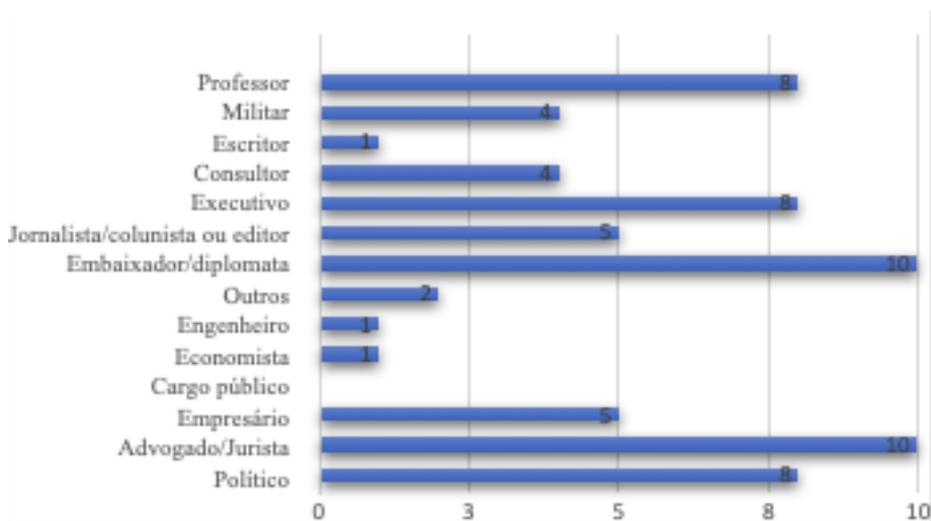


Gráfico 1: Formação acadêmica – Conselho NED



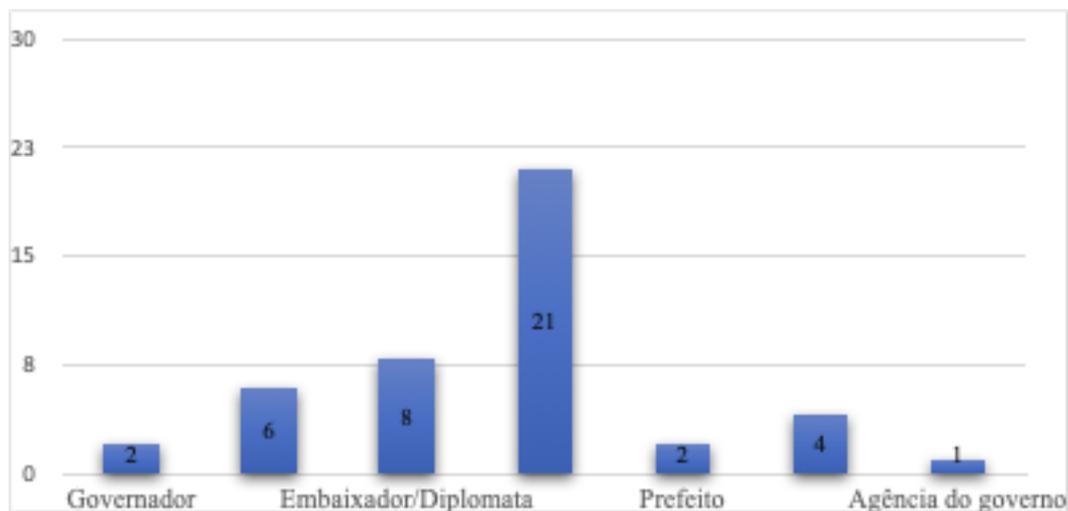
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 2: Atuação profissional – Conselho NED



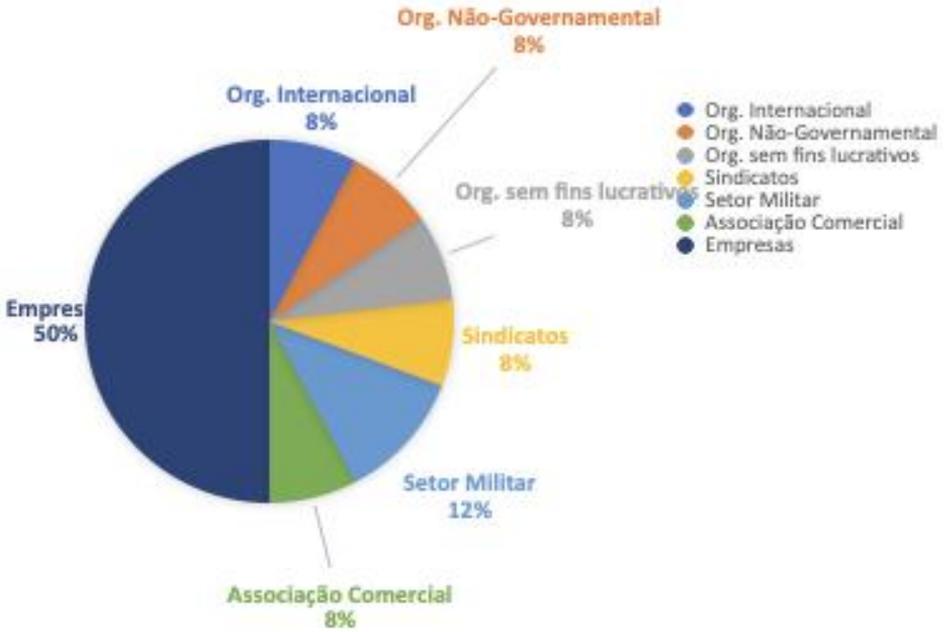
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 3: Vínculos com o Governo dos EUA – Conselho NED



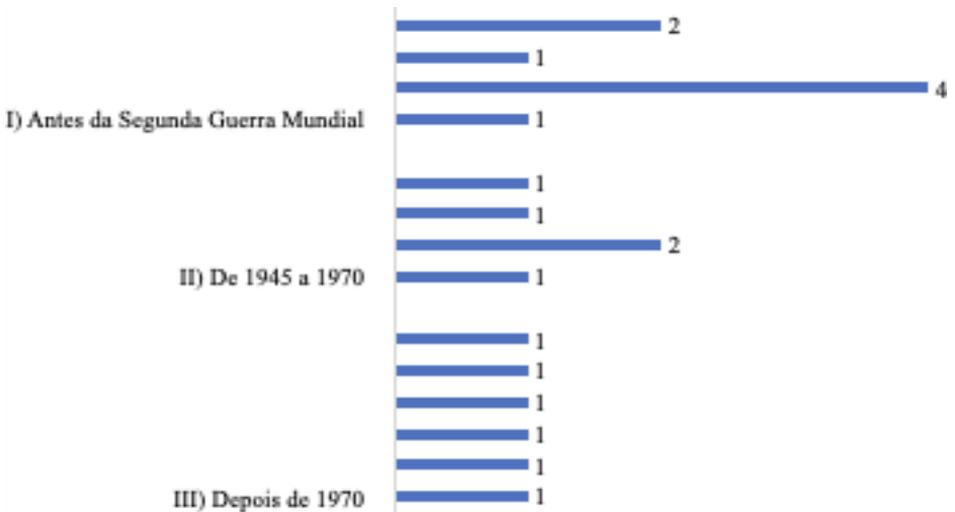
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 4: Setores representados – Conselho NED



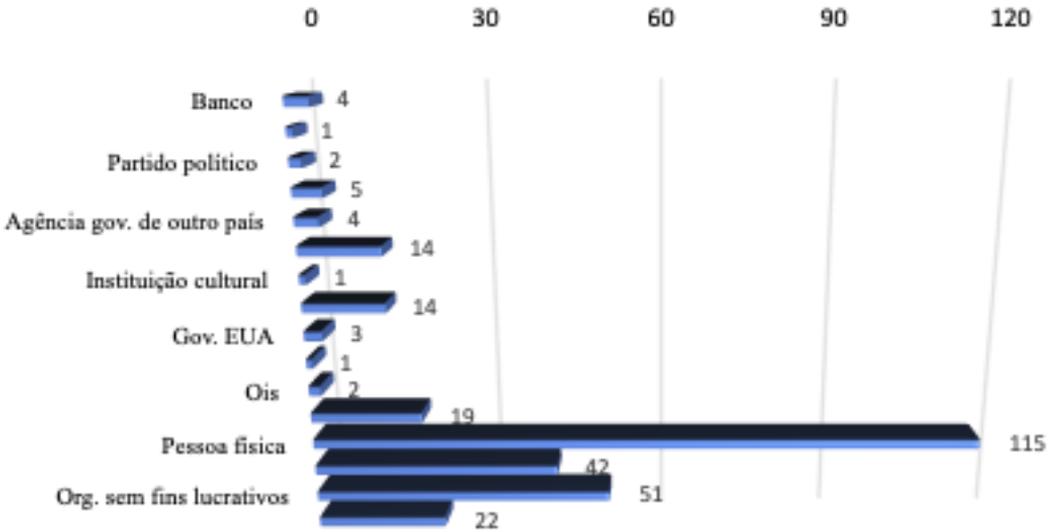
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 5: Membros do Conselho e de think tanks



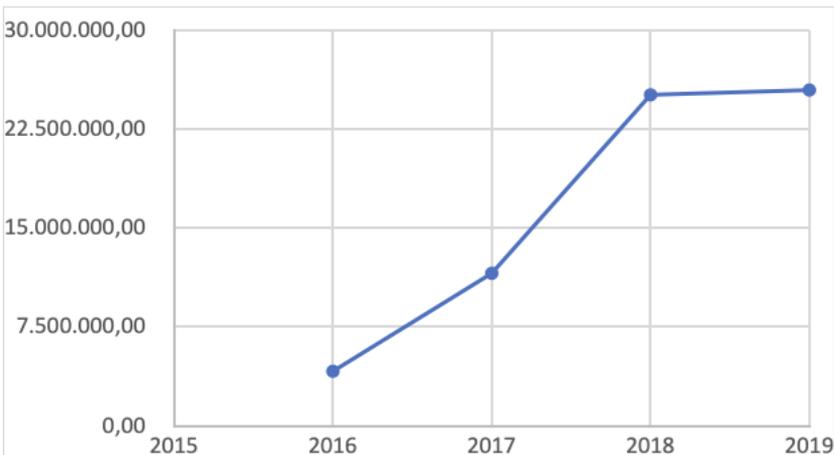
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 6: Perfil patrocinadores/doadores do NED (não constam aqui os recursos aprovados pelo Congresso dos EUA)



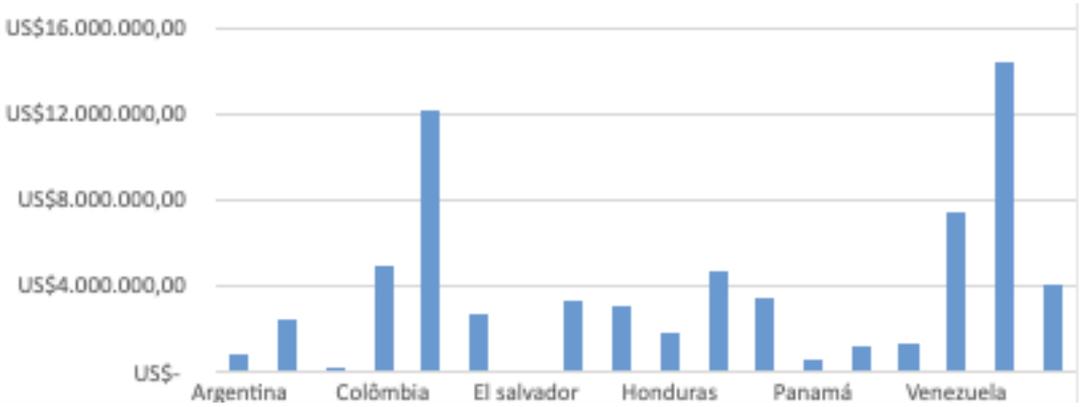
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 7: Financiamento total do NED para América Latina e Caribe (2016-2019)



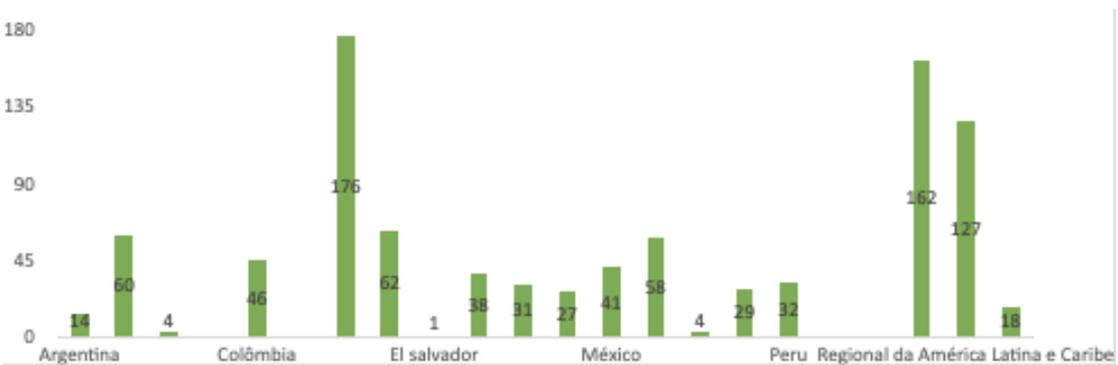
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 8: Financiamento total por país na América Latina e Caribe (2016-2019)



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 9: Total de projetos financiados pelo NED por países (2016-2019):



Fonte: Elaboração própria

Tabela 1: Projetos do NED no Cone Sul

País/organização	Título	Ano
Peru/Instituto Invertir	Promoção da liderança e valores democráticos entre os jovens	2008
Peru/Instituto Invertir	Fomentando uma Cultura de Democracia e Livre Empresa	2016 a 2017
Bolívia/ Fundación Milenio	Energizando o Desenvolvimento na Bolívia	2008 a 2009
Bolívia/ Fundación Milenio	Construindo Consenso sobre a Agenda de Reforma	2016 a 2018
Colômbia/ Fedesarrollo	Assessoria a principais atores políticos e judiciais em iniciativas de reforma econômica; Assessoria Econômica ao Congresso e ao Judiciário	2008 a 2010
Paraguai/ Fundación Paraguaya	Fortalecimento da democracia por meio da educação para o empreendedorismo	2010 a 2012
Argentina/ Fundación Libertad	Desenvolvimento de políticas públicas para fortalecer a democracia e a reforma econômica	2016
Argentina/ Fundación Libertad	Restaurando a confiança pública no mercado livre	2017
Argentina/ Fundación Libertad	Fortalecimento da Representação Provincial do Setor Privado	2019
Argentina/ Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Promoción de la Equidad y el Crecimiento (CIPPEC)	Construindo legitimidade por meio da justiça processual na Argentina	2020

Apêndice: Lista de membros do Conselho do NED (2020)

Membros do Conselho do National Endowment for Democracy – NED (2020)	
Nome	Posição
OFICIAIS	
Carl Gershman	Presidente
Andrew H. Card, Jr.	Presidente
David E. Skaggs	Vice-Presidente
Marilyn Carlson Nelson	Secretária
Embaixador Robert H. Tuttle	Tesoureiro
CONSELHO ADMINISTRATIVO / Diretores	
Anne Applebaum	Conselheira
Karen Bass	Conselheira
James Boland	Conselheiro
Embaixador William J. Bums	Conselheiro
Marlene Colucci	Conselheira
Scott Carpenter	Conselheiro
Embaixadora Eileen Donahoe	Conselheira
Dr. Michele Dunne	Conselheira
Embaixador Daniel Fried	Conselheiro
Dr. Francis Fukuyama	Conselheiro
Barry Jackson	Conselheiro
Senador Tim Kaine	Conselheiro
Jayne M. Kurzman	Conselheira
Mel Martinez	Conselheiro
Victoria Nuland	Conselheira
Dayton Ogden	Conselheiro
Fred Redmond	Conselheiro
Ileana Ros-Lehtinen	Conselheira
Peter Roskam	Conselheiro
Senador Ben Sasse	Conselheiro
Dr. Nadia Schadlow	Conselheira
Elise Stefanik	Conselheira
Embaixadora Linda Thomas-Greenfield	Conselheira
Embaixador Rich Vema	Conselheiro
Embaixadora Melanne Vermeer	Conselheira
Kenneth Wollack	Conselheiro
George Weigel	Conselheiro

Resumo

Ancorado em uma perspectiva neogramsciana, este trabalho tem como objetivo principal apresentar uma radiografia do estadunidense National Endowment for Democracy (NED) para a América Latina. Para isso, foi feita coleta de dados a partir de documentos oficiais disponibilizados pelo NED e por seus institutos afiliados, buscando evidenciar o perfil dos membros do conselho da instituição; o perfil de seus patrocinadores; e os países, projetos e recursos destinados para a América Latina e Caribe. Os resultados nos mostram que o NED é formado por indivíduos que se mantêm em um circuito bastante endógeno, representando o governo, a academia e o empresariado estadunidense, e atuam como um braço da política externa dos Estados Unidos para a América Latina através de financiamento de projetos sob o ideal da promoção da democracia.

Palavras-chave: NED, América Latina, Teoria Crítica, Estados Unidos.

Abstract

This work, part of a Neogramscian perspective, aims to present an outlook over the United Statesian National Endowment for Democracy (NED) with regards to Latin America. To do that, we collected data from official documents made available by NED and its affiliated institutes aiming to present the profile of the members of NED's Council; the profile of its

sponsors; and the countries, projects and resources destined to Latin American and Caribbean. The results show as that the NED is made by individuals that circulate in a very endogenous circuit representing the North American government, academy, and business and act as foreign policy arm by the USA towards Latin America through financing of projects towards the ideal of promoting democracy.

Key words: NED, Latin America, Critical Theory, United States.